

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS****SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE****Assessoria Jurídica**

**Processo** nº 1300.01.0006749/2021-65

Belo Horizonte, 13 de abril de 2022.

**Procedência:** Despacho nº 43/2022/SEINFRA/AJU

**Destinatário(s):** Presidente da Comissão de Licitação TERGIP

**DESPACHO**

Ciente da consulta encaminhada por V.Exa., por meio do Memorando.SEINFRA/SUFER.nº 14/2022, através do qual a comissão especial de licitação encaminha ao órgão de assessoramento jurídico a seguinte indagação: *"no presente caso, é lícito à Comissão realizar diligência no sentido de solicitar à licitante que comprove sua regularidade fiscal, por meio da apresentação de nova Certidão negativa municipal válida, já estando o certame na fase de análise dos documentos de habilitação?"*

Diante da questão posta, oriunda da reunião cuja ata se apresenta no evento SEI nº 45041444, e considerando as demais informações registradas nestes autos, depreendo que não há qualquer dúvida acerca de interpretação de lei ou regulamento, a ensejar a manifestação do órgão de assessoramento jurídico.

A "dúvida" posta, tal como se apresenta, se revela o verdadeiro mérito administrativo a ser decidido exclusivamente pela Comissão de Licitação instituída, a saber: a habilitação ou inabilitação de licitante.

Assim, com estas considerações, retornamos o expediente a V.Exa., **sem qualquer manifestação acerca do mérito administrativo da decisão a ser tomada**, posto que não nos compete, uma vez que o órgão de assessoramento jurídico não se confunde com a comissão de licitação e não possui poderes decisórios de gestão.

att

Matheus Fernandes Figueiredo Couto

Procurador do Estado



Documento assinado eletronicamente por **Matheus Fernandes Figueiredo Couto, Procurador(a) Chefe**, em 13/04/2022, às 12:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



[http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **45116887** e o código CRC **E26E0053**.

---

Referência: Processo nº 1300.01.0006749/2021-65

SEI nº 45116887